

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPE.

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e oito, às treze horas e quarenta e cinco minutos, à Rua José Lino Kretzer, 608, Bairro Praia Comprida, São José, na Unidade São José do CEFET-SC, reuniu-se o CEPE, com a presença de: Nilva Schroeder, Maria Clara Kaschny Schneider, Vilmar Coelho, Eloy João Losso Filho, Valdir Noll, Antônio Pereira Cândido, Marcos Moecke, Deise Rateke, Eliana Razeira, Milene Machado Thomasi, Olair Alves de Souza, Vitor Sodré Dias e Lucia V. Schmidt de Oliveira. Convidados: Mariângela Matos Ávila – Coordenadora do Núcleo de Inclusão e Tecnologia Social, Antônio aluno da Unidade Florianópolis. A Presidente Nilva Schroeder iniciou a reunião desejando boas-vindas à nova representante suplente dos Técnicos-Administrativos, Lucia V. Schmidt de Oliveira, declarando-a empossada. Apresentou o Servidor Miguel Luiz Turcatto, TAE, que fará a secretaria da reunião. Apresentou a pauta do dia: **1. Informes; 2. Aprovação das atas dos dias 18/06/08; 25/06/08; 30/07/08 e 19/08/08; 3. Políticas de Inclusão do CEFET-SC; 4. Funcionamento do CEPE** e solicitou inverter a seqüência, colocando Políticas de Inclusão como segundo ponto. **Informes:** 1. Nilva informa sobre o lançamento dos editais de ingresso 172009/1, coordenado pela Coordenadoria de Ingresso (COING), que agora conta com um corpo de profissionais efetivos (dois assistentes administrativos e uma assistente social). 2. Recomenda o acompanhamento do Projeto de Lei de criação dos IFET, que está tramitando no Congresso Nacional. 3. Comunica que a Diretoria de Ensino está participando da discussão junto ao Fórum de Diretores de Ensino (FDE) / Conselho de Diretores de CEFET (CONCEFET) e à SETEC sobre a distribuição de vagas de professores, com o propósito de estabelecer critérios para composição, recomposição e ampliação do corpo docente. Destaca que o referido fórum defende a necessidade de considerar as especificidades dos cursos para estabelecer os critérios de eficácia e eficiência da instituição. 4 - Comunica que o Grupo de Trabalho do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) está encaminhando os trabalhos de construção do PDI, tendo em vista a transformação do CEFET em IFET. **1. POLÍTICAS DE INCLUSÃO DO CEFET-SC** – Faz-se a leitura do documento encaminhado pela Diretoria de Ensino e da proposta de minuta de resolução sobre as políticas de inclusão do CEFET-SC, texto anexo. Nilva destacou aspectos da legislação e o percurso histórico em nível nacional e no CEFET-SC sobre a temática, especialmente, as iniciativas do CEFET-SC: o Grupo de Trabalho Permanência e Êxito; o Grupo de Trabalho Ações Afirmativas e os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE) em cada Unidade; a implantação do Núcleo de Inclusão e Tecnologia Social vinculado à Diretoria de

35Ensino; e a aprovação do Projeto de Acessibilidade no CEFET-SC, no Programa Incluir da
36Secretaria de Educação Superior, no valor de R\$120.000,00, que permitirá a realização de um
37seminário para a consolidação do plano de inclusão do CEFET-SC, ações de formação
38continuada dos servidores e a instalação de uma estrutura mínima para os NAPNEE. Destaca
39a importância de cada Unidade ter o seu NAPNEE, para realizar ações efetivas e registra que
40algumas Unidades já desenvolvem trabalhos com PNE, a Unidade São José com surdos, a
41Unidade Florianópolis tem uma aluna cega, a Unidade Jaraguá do Sul curso de formação
42inicial e continuada para professores que trabalham com surdos e a Unidade Chapecó cursos
43de formação inicial e continuada para surdos e para deficientes mentais. Informa que está em
44estudo a criação de uma Unidade Bilíngüe no Município de Palhoça, onde acontecerá a
45formação de profissionais para atuar com educação de surdos e cursos para alunos surdos. O
46aluno Antônio fala da importância da discussão sobre a questão, enfatizando a falta de
47profissionais, por exemplo intérpretes em LIBRAS para atuar na formação dos alunos. Nilva
48registra que há uma proposta da SETEC de criação de uma portaria ministerial que
49regulamentará o acesso, incluindo o uso dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio
50(ENEM) como um critério, destacando a diversidade de movimentos (organização da
51sociedade civil, regulamentação no âmbito do legislativo e do executivo) que vêm ocorrendo
52a respeito da inclusão. Antônio Cândido, preocupado com o desempenho dos alunos
53ingressantes, informa que tem participado dos trabalhos desenvolvidos pelo GT de Acesso,
54Permanência e Êxito e pergunta qual será a estratégia adotada para recuperar a desvantagem
55dos ingressantes de modo a garantir sua permanência e êxito. Questiona sobre os resultados
56do GT Ações Afirmativas que iniciou os trabalhos em 2006. Destaca a necessidade de avaliar
57as demandas, os problemas advindos da aprovação desta resolução prevendo reserva de vagas.
58Eloy diz que Ações Afirmativas é um ponto pacífico, mas manifesta preocupação com a
59qualidade da formação e a empregabilidade do profissional formado no CEFET. Diz que
60diante de tanta diversidade, às vezes, sente-se incapaz como professor. Manifesta preocupação
61com o “como” garantir a formação profissional de qualidade. Acredita e defende a
62implantação progressiva das cotas, para que não aconteça como na implantação do PROEJA,
63que foi imposto. Afirma que necessita de dados e esclarecimentos para tomar uma decisão
64com segurança. Solicita que os Grupos de Trabalho contribuam junto ao CEPE, trazendo
65subsídios do trabalho desenvolvido até o momento, pois as decisões tomadas precisam ser
66fundamentadas, uma vez que comprometem os membros do CEPE. Marcos avalia que a
67resolução está muito aberta, dando poderes à Diretoria de Ensino para implantar a Política de
68Inclusão. Deise ressalta que a Política de Inclusão é um desafio para todos os setores do

69CEFET. Este desafio gera insegurança, mas devemos focar nosso olhar para a solução e não
70para o problema. Eliana, que participa do GT Permanência e Êxito, registra que em Joinville
71possuem um questionário preenchido na inscrição e outro preenchido no caso de desistência,
72com o objetivo de coletar dados e analisá-los para fazer intervenções que contribuam com a
73permanência e o êxito do aluno. Destaca que naquela unidade é feito um acompanhamento da
74frequência dos alunos para detectar possíveis casos de evasão. Busca-se conversar com o
75aluno, esclarecendo seus direitos. Lembra que o contrato de trabalho, a boa aula, o
76acolhimento ajuda o aluno a permanecer estudando, pois os alunos nas entrevistas destacam o
77papel do professor como central na permanência e êxito de sua formação. Questiona: Como
78lidar com a diversidade? Sugere que o CEFET invista na formação do professor para que
79ocorra uma mudança de mentalidade, de concepção de mundo, de sociedade e do ser humano.
80Vilmar destaca que é melhor trabalhar com alunos com dificuldades que querem aprender, do
81que com aqueles que estão aguardando apenas por uma titulação. Souza propõe que haja
82representantes de turma como elo de ligação do aluno com as instâncias do CEFET, sugerindo
83atividades como o trote solidário para manter os colegas no curso. Mariangela lembra que não
84bastam apenas bolsas, mas também é preciso fazer adaptações curriculares para possibilitar o
85progresso dos alunos. Destaca que algumas políticas de inclusão devem ser permanentes,
86outras pontuais. Declara que os grupos de trabalho poderão elaborar um documento com o
87que foi produzido sobre a temática e encaminhar ao CEPE. Maria Clara solicita
88esclarecimentos sobre os objetivos da resolução. Entende que a resolução convoca a
89comunidade do CEFET a discutir a demanda. Recomenda que a resolução seja aprovada
90como instrumento desencadeador do processo de inclusão. Nilva esclarece que os GT
91produziram vários documentos sobre o assunto, não se limitaram a diagnosticar a evasão, mas
92procuraram avaliar este fenômeno. Manifesta a necessidade de um envolvimento maior de
93todos na discussão e solução das demandas oriundas das Políticas de Inclusão, a começar pelo
94acolhimento, o contrato pedagógico e o controle de frequência. Argumenta que a proposta de
95resolução traz uma concepção de inclusão e um indicativo de ações afirmativas com reserva
96de vaga, servindo de estratégia de trabalho para mobilizar a comunidade para o debate relativo
97às Políticas de Inclusão. A proposta de cotas para indígenas deve ser tratada diretamente com
98as comunidades interessadas por tratar-se de uma questão cultural, conforme a demanda de
99cada grupo. Esclarece que o Plano de Inclusão deve conter as políticas/ações de inclusão,
100desde o ingresso, garantindo a permanência e o êxito, e será submetido ao CEPE e ao
101Conselho Diretor para aprovação. Reforça que o Plano de Inclusão é uma tarefa de toda a
102comunidade do CEFET, não se restringindo aos Grupos de Trabalho. Informa que, junto aos

103Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura serão apresentados dois programas visando à
104inclusão: o Pré-licenciatura e o Pró-licenciatura. Reforça a necessidade de as Políticas de
105Inclusão estarem inseridas no PPI. Lembra que diferentes instituições públicas estão fazendo
106ações afirmativas. Após o debate, propõem-se alterações no artigo 12, indicando que a
107consulta pública seja realizada no mês de dezembro e que a apreciação do Plano de Inclusão
108no CEPE ocorra no mês de fevereiro de 2009. A proposta de resolução foi submetida à
109apreciação do plenário, sendo aprovada por unanimidade. Solicitou-se, então, que a Diretoria
110de Ensino elabore em conjunto com os grupos de trabalho um cronograma para que o CEPE
111possa acompanhar o andamento das discussões sobre as Políticas de Inclusão. **2.**
112**APROVAÇÃO DE ATAS** - Fez-se a apreciação das atas das reuniões dos dias dezoito de
113junho, vinte e cinco de junho e trinta de julho, que foram aprovadas por unanimidade. A ata
114de dezanove de agosto será apreciada em outra reunião. Na sequência, Nilva informa que, em
115breve, haverá um espaço na página do CEFET destinado aos colegiados, onde estarão
116disponíveis as pautas, as atas e resumos das reuniões do CEPE. Informa que será realizada
117uma reunião extraordinária no dia trinta de setembro, na sala de videoconferência na Unidade
118São José, às 13h30min, tendo como ponto de pauta: Apreciação dos Projetos pedagógicos dos
119Cursos de Licenciatura em Ciências da Natureza, com habilitações em Física e em Química.
120Por falta de tempo, o item relativo ao Funcionamento do CEPE ficou para discussão na
121reunião extraordinária do dia trinta de setembro. Para constar, eu Miguel Luiz Turcatto,
122secretário substituto, lavrei a presente ata que, depois será assinada por mim e pelos demais
123presentes.

124

125

126

NILVA SCHROEDER

127

Presidente do CEPE

128

129

MARIA CLARA K. SCHNEIDER

Diretora de Pós-Graduação e Pesquisa

132

133

ELOY JOÃO LOSSO FILHO

Docente Titular

136

VILMAR COELHO

Diretor de Relações Externas

VALDIR NOLL

Docente Titular

137 _____

138 MARCOS MOECKE

139 Docente Suplente

140

141 _____

142 ELIANA RAZEIRA

143 TAE Titular

144

145 _____

146 LUCIA V. S. DE OLIVEIRA

147 TAE Suplente

148

149 _____

150 MILENE MACHADO THOMASI

151 Discente Titular

152

153 _____

154 MIGUEL TURCATTO

155 Secretaria do CEPE

156 _____

ANTÔNIO PEREIRA CÂNDIDO

Docente Suplente

DEISE RATEKE

TAE Titular

OLAIR ALVES DE SOUZA

Discente Titular

VITOR SODRÉ DIAS

Discente Suplente